



**Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis**  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO IBAMA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA  
DIVISÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES

OFÍCIO Nº 19/2024/DAP/CGGE/GABIN

Brasília/DF, na data da assinatura digital.

Ao Senhor

**RODRIGO KINK LON CHIA**

Chefe Substituto da Assessoria Especial para Assuntos Parlamentares e Federativos

Esplanada dos Ministérios, Bloco B

CEP: 70068-901 - Brasília/DF

**Assunto: OFÍCIO Nº 902/2024/MMA (RIC 3.213/2023).**

*Referência:* Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 02001.004672/2024-95;

Senhor Chefe,

1. Ao cumprimentá-lo cordialmente, faço referência ao OFÍCIO Nº 902/2024/MMA em epígrafe, por meio do qual a Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos/MMA encaminha o Requerimento de Informação nº 3.213/2023 (18334207), de autoria do Deputado Amom Mandel (Cidadania/AM), acerca das medidas e estratégias adotadas para conter e prevenir o desmatamento ilegal no Amazonas, considerando a “Operação Dríade” conduzida pelo IBAMA, que resultou em mais de R\$ 1 milhão em multas apenas no início de dezembro, evidenciando a gravidade do desmatamento na região.

2. A respeito do assunto, seguem as respostas para as indagações apresentadas.

**a) Diante das informações apresentadas, considerando o aumento das queimadas na região de Autazes e Manaquiri e a correlação com o desmatamento, como o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima pretende intensificar as ações de prevenção e combate a práticas ilegais que contribuem para essa degradação ambiental na Amazônia?**

Primeiramente, cabe destacar que o Prevfogo coordena o Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional - Ciman Nacional, instituído pelo Decreto 8.914/2016. O Ciman faz o monitoramento diário do cenário climático e de focos de calor em todo o país e delibera sobre apoios ou acionamentos, quando necessário. No ano de 2023 foram acompanhadas 28 Operações de Combate, com especial destaque para a Operação Amazonas, iniciada em 30/09/2023 após acionamento do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e do Comitê de Crise do Estado do Amazonas.

Devido à concentração de plumas de aerossóis na região metropolitana de Manaus, densamente povoada, o Prevfogo/Ibama, considerando avaliação do Ciman Nacional, promoveu a Operação Amazonas na referida região, no período de 30/09 a 11/11/2023. Foi priorizado o combate a



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivo=2396190>

Ofício 19 (18433443)

SEI 02001.004672/2024-95 / pg. 1

2396190

incêndio florestal no Parque Ecológico Estadual Lago do Januari, município de Iranduba/AM, que já havia consumido mais de 2000 hectares de floresta nativa. A Operação foi comandada pelo Ibama e pelo ICMBio, e contou com 218 brigadistas de ambas as instituições, provenientes dos Estados de Amazonas, Rondônia, Acre, Rio de Janeiro, Ceará e Distrito Federal. Foi montado um Posto de Comando de Incidentes na cidade de Careiro-AM com o uso da ferramenta de Sistema de Comando de Incidentes-SCI, para coordenação de todas as ações de combate. Foram criadas bases avançadas nos municípios de Careiro, Autazes, Manaquiri e Careiro da Várzea, por concentrarem a maior quantidade de incêndios florestais, detectados por monitoramento via satélite.

Foi feita proteção à Comunidade Januari e às Aldeias Tukana e Tuyuka, e posteriormente ao Projeto de Assentamento Panelão, no município de Careiro Castanho. Houve envolvimento da defesa civil local no monitoramento, além de ações fiscalizatórias de queimadas/incêndios por parte do IPAAM, Batalhão Ambiental e Corpo de Bombeiros. O Prevfogo/Ibama atuou no combate direto e indireto aos incêndios, realizou queimas controladas e rondas preventivas, bem como promoveu a formação de 45 brigadistas voluntários nos municípios de Manaquiri, Autazes, Careiro da Várzea e Careiro. Também foram feitas orientações sobre o uso do fogo na produção agrícola para moradores do entorno, além de auxílio na distribuição de cestas básicas para pessoas atingidas por incêndios florestais.

Para atendimento à Operação Amazonas foram mobilizadas 37 viaturas (camionetes 4x4), 2 Caminhões Rodofogo para transporte de pessoal e equipamentos, 1 Caminhão Tanque para armazenamento de água, 6 Caminhões Posto de Comando, 01 helicóptero do ICMBio, 1 helicóptero do COAER/Ibama, 2 aeronaves (C130 e KC390) para deslocamento de pessoal, equipamentos e suprimentos, 1 aeronave do Corpo de Bombeiros Militar para monitoramento e reconhecimento de focos de incêndio, além de 2 viaturas disponibilizadas pelo Comando de Operações Aeroespaciais da Força Aérea Brasileira - Ministério da Defesa. Na ocasião, o Prevfogo/Ibama providenciou ainda a doação de 200 kits de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e de combate em apoio ao governo do Estado do Amazonas, que foram entregues ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas (Termo de Doação - SEI 17263098 e Termo de Entrega nº 37/2023-Emap-AM/Nuape-AM/Diafi-AM/Supes-AM - SEI 17276289), para equipar brigadistas contratados pelo Estado para atuação nos municípios mais críticos em 2023.

Sobre as ações preventivas, o MMA e a SECOM, com apoio do Ibama, desenvolveram campanhas educativas de ampla divulgação em diferentes mídias, específicas para os biomas Amazônia e Pantanal, visando diminuir a quantidade de incêndios que ocorrem por falta de conhecimento da população (<https://www.gov.br/ibama/pt-br/hotsites/amazoniasemincendios> e <https://www.gov.br/ibama/pt-br/hotsites/pantanalsemincendios>).

Informamos ainda que o Prevfogo/Ibama contrata anualmente brigadistas para compor três brigadas no Estado do Amazonas, sediadas na Terra Indígena Tenharim e nos assentamentos Aripuanã-Guariba (Apuí) e Maria Auxiliadora (Humaitá). Em 2023 foram contratados 83 brigadistas, 9 agentes de queima prescrita e 1 supervisor de brigadas. Tais brigadistas realizam atividades de prevenção (educação ambiental, queima prescrita, queima controlada, rondas, monitoramento, visitas à comunidade, entre outros), ações de combate e de recuperação de áreas degradadas (viveiros, plantio de mudas, apoio em processo de recuperação de nascentes, de áreas queimadas por incêndios, entre outros). As brigadas possuem área de proteção direta, mas apoiam as regiões de entorno e outras em casos de acionamento. Em 2023, as brigadas do Centro Especializado Prevfogo/Dipro/Ibama contratadas no Estado do Amazonas realizaram 63 ações de orientação/educação ambiental envolvendo 1.461. Também foram realizados 16 mil hectares de queimas prescritas preventivas à grandes incêndios e produzidas 24.872 mudas de essências nativas e frutíferas para recuperação de áreas degradadas.

Diante do exposto, ao longo dos anos observamos que a presença de brigadistas em



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivo=2396190&codEvento=2023-004672/2024-95> / pg. 2

áreas de interesse ecológico tem reduzido a ocorrência de incêndios florestais, uma vez que estes realizam todo o ciclo do manejo integrado do fogo, trabalhando com ações preventivas com as comunidades de entorno da área, realizando os aceiros e queimas prescritas e estando de prontidão para o ataque aos primeiros focos. Nesse sentido, e nesse cenário climático, com ondas de calor e secas extremas, é importante que os governos Estaduais e Municipais, por meio das Secretarias de Meio Ambiente, podendo ser em articulação com os CBMs, contratem e treinem brigadistas florestais para atuarem na proteção de Unidades Estaduais de Conservação.

Por fim, consideramos que o Estado do Amazonas recebeu o suporte necessário por parte do Prevfogo/Ibama, com o envio de equipes, veículos, equipamentos e suprimentos para atendimento às demandas das operações de campo, bem como das atividades de prevenção e controle executadas pelas brigadas permanentes lotadas na região. Destacamos ainda as políticas públicas e ações que vêm sendo implementadas na esfera federal e observamos, também, um esforço estadual.

Todavia, vale ressaltar que a efetividade dessas operações é comprometida substancialmente devido ao déficit de servidores ambientais no órgão. A escassez de pessoal representa um desafio substancial, impactando a capacidade do Ibama de agir de maneira abrangente em todo o território nacional, especialmente em áreas vastas e de difícil acesso, como a Amazônia. Apesar dessas restrições, o Ibama busca otimizar a eficácia de suas operações, priorizando regiões com maior incidência de alertas de desmatamento e empregando tecnologia e inteligência para maximizar a alocação de recursos humanos e materiais.

**b) Diante da Operação Dríade, que resultou na aplicação de multas expressivas e na apreensão de equipamentos utilizados no desmatamento ilegal, quais estratégias o governo federal planeja adotar para evitar a reincidência dessas práticas e assegurar a eficácia das ações fiscalizadoras do Ibama?**

As estratégias de prevenção e combate a essas práticas ilegais envolve desde a realização de um planejamento focando nas áreas com maiores índices de desmatamento por fogo na região de Autazes-AM e Careiro Castanho-AM, aumentando o número de ações de fiscalização previstas para o ano de 2024, buscando apoio de outras instituições e, preventivamente, atuando com a educação ambiental nas comunidades locais.

**c) Considerando que o desmatamento próximo a Manaus contribuiu para os problemas de fumaça na região, qual é o plano do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima para enfrentar e mitigar os impactos adversos à saúde e ao meio ambiente causados por eventos como incêndios florestais?**

Esclarecemos que não cabe a esta pasta realizar ações acerca do tema. No entanto, cabe informar que o Ministério da Saúde mantém Programa específico para Vigilância em Saúde de Populações Expostas à Poluição Atmosférica (Vigiar), no qual se incluem situações de queima de biomassa. Segundo o site oficial do Programa, *"Seu objetivo é desenvolver ações de vigilância para populações expostas a poluentes atmosféricos, de forma a recomendar e instituir medidas de prevenção, de promoção da saúde e de atenção integral, conforme preconizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Seu campo de atuação prioriza as regiões onde existam diferentes atividades de natureza econômica ou social que gerem poluição atmosférica de modo a caracterizar um fator de risco para as populações expostas."*

**d) Frente à identificação de municípios, como Autazes, com altos índices de desmatamento, como o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima pretende envolver as comunidades locais e demais stakeholders no desenvolvimento de estratégias sustentáveis para a preservação da floresta amazônica?**

A Superintendência do IBAMA no Estado do Amazonas (SUPES-AM) conta atualmente na equipe focada na educação ambiental, com o objetivo de envolver as comunidades locais e

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2396190>

Ofício 19 (10435443)

SEI 02001.004672/2024-95 / pg. 3



demais stakeholders no desenvolvimento de estratégias sustentáveis. É importante salientar que a atuação da equipe de educação ambiental é assíncrona com a de fiscalização, evitando o conflito de interesses e objetivos.

3. **e) Considerando a aplicação de multas e o embargo de áreas degradadas como medidas punitivas, como o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima planeja incentivar práticas de recuperação ambiental e reflorestamento por parte dos infratores, visando não apenas a penalização, mas também a restauração efetiva do ecossistema degradado na Amazônia?**

Por meio do programa de conversão de multas em projetos de recuperação ambiental, mecanismo da política ambiental previsto no Decreto nº 6.514/2008, Art. 96, § 5ª alínea "c", objetiva-se o retorno de serviços ambientais diretamente à natureza, seja por meio da restauração de cobertura florestal, seja pelo suporte de insumos alimentares e veterinários aos Centros de Triagens de Animais Silvestres, que em um segundo momento serão reintroduzidos na natureza, retomando seus ciclos ecológicos. Nesse aspecto, o Ibama vem desenvolvendo expertise e capacidades institucionais, a exemplo dos acompanhamentos técnicos realizados nos acidentes em Mariana, bem como o Chamamento Público nº 02/2018, cujo objeto tratou da restauração de populações da flora ameaçadas de extinção do bioma Mata Atlântica, e que selecionou projetos de recuperação ambientais para percepção de recursos da Conversão de Multas, visando realização de serviços ambientais, e que oportunizou a priorização de espécies vegetais regionais ameaçadas de extinção com histórico de intensa exploração. Maiores detalhes sobre experiências realizadas e outras medidas coadjuvantes podem ser conhecidas no link [Conversão de multas do Ibama em serviços ambientais — Ibama \(www.gov.br\)](http://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/conservacao-biodiversidade/programas-e-projetos/conservacao-de-recursos-bioticos/conservacao-de-recursos-bioticos).

Importa, ainda destacar que o Ibama vem estruturando e consolidando parcerias estratégicas no tema Recuperação Ambiental, sendo usuais parceiros o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Universidades Federais e Estaduais, com relevante destaque à parceria realizada com o Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal- LERf-USP/Bioflora, com cooperação técnica da Agência Alemã de Cooperação Internacional - GIZ, o trabalho oferece ferramentas para qualificar projetos de recuperação ambiental. O foco é a conversão de multas em serviços ambientais, mas o uso do manual é múltiplo. O documento pode ser acessado pelo link [emdiacomnatureza\\_versaofinal.pdf \(ibama.gov.br\)](http://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/conservacao-biodiversidade/programas-e-projetos/conservacao-de-recursos-bioticos/conservacao-de-recursos-bioticos).

Ainda sobre a Recuperação Ambiental, informo que o Ibama possui como metas institucionais, para o período de 2023 - 2024, 1) Acompanhamento de áreas passíveis de Regeneração Natural, Recuperação ou Recomposição da Vegetação Nativa; 2) Implementação do Programa de Conversão de Multas Ambientais por meio de Projetos Institucionais. Tais metas orientam-se às atribuições regimentais e legais de competência da Autarquia Ambiental Federal Ibama e refletem o compromisso institucional diante do Plano de Recuperação de Vegetação Nativa (Decreto nº 8.927/2017), cuja meta estabelecida é de pelo menos 12 milhões de hectares até 2030. Por fim, apresentamos o link para a página onde são divulgadas informações sobre áreas em recuperação ambiental, como medida de transparência ativa: [Recuperação Ambiental | Pamgia \(ibama.gov.br\)](http://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/conservacao-biodiversidade/programas-e-projetos/conservacao-de-recursos-bioticos/conservacao-de-recursos-bioticos).

4. Sem mais para o momento, o IBAMA disponibiliza-se a dirimir quaisquer eventuais dúvidas que ainda possam surgir sobre o tema.

Atenciosamente,

*(assinado eletronicamente)*

**KAIO RECH DE OLIVEIRA SOUSA**

Chefe da Divisão de Assuntos Parlamentares Substituto



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivo=2396190>

Ofício 19 (10433443)

SEI 02001.004672/2024-95 / pg. 4

2396190



Documento assinado eletronicamente por **KAIO RECH DE OLIVEIRA SOUSA, Chefe de Divisão Substituto**, em 26/02/2024, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **18435143** e o código CRC **68EF09F3**.

Referência: Processo nº 02001.004672/2024-95

SEI nº 18435143

SCEN Trecho 2 - Ed. Sede do IBAMA - Bloco B - Sub-Solo - Telefone:  
CEP 70818-900 Brasília/DF - [www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2396190>

Ofício 19 (18435143)

SEI 02001.004672/2024-95 / pg. 5

2396190



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA  
GABINETE DA MINISTRA

OFÍCIO Nº 1773/2024/MMA

Brasília, 15 de março de 2024.

Ao Primeiro-Secretário da Mesa Diretora da  
Câmara dos Deputados  
Praça dos Três Poderes, Edifício Principal, Térreo, Sala 27  
70160-900 Brasília/DF

[ric.primeirasecretaria@camara.leg.br](mailto:ric.primeirasecretaria@camara.leg.br)

**Assunto: Resposta ao Ofício 1ªSec/RI/E/nº 586 - Requerimento de informação nº 3213/2023.**

Senhor Primeiro-Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, refiro-me ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 586, de 07 de fevereiro de 2024, que veicula o Requerimento de Informação nº 3213/2023, de autoria do Deputado Federal Amom Mandel (Cidadania/AM), que solicita informações acerca das medidas e estratégias adotadas para conter e prevenir o desmatamento ilegal no Amazonas, considerando a Operação Dríade conduzida pelo Ibama, que resultou em mais de R\$ 1 milhão em multas apenas no início de dezembro, evidenciando a gravidade do desmatamento na região.

Sobre o assunto, encaminho o Ofício nº 19/2024/DAP/CGGE/GABIN, elaborado no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, para prestar os esclarecimentos solicitados.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

**MARINA SILVA**

Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Anexo: Ofício nº 19/2024/DAP/CGGE/GABIN (1579243).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima**, em 15/03/2024, às 19:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1596184** e o código CRC **0B80E91F**.

